

SER JOVEM: CONDIÇÃO, NEGAÇÃO OU NECESSIDADE?

Marriete de Sousa Cantalejo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- ppg_edu@unirio.br

Introdução

A proposta de pesquisa apresenta sua relevância na possibilidade de ampliar o debate educacional, tornando possível uma reflexão crítica sobre alguns fatores e seus reflexos na escola e, principalmente, na vida dos sujeitos. Tendo por objetivo geral: Identificar e analisar criticamente os fatores históricos, culturais, sociais e econômicos que atuam diretamente na inserção do jovem cada vez mais cedo na EJA, com foco nas turmas diurnas, enquanto única alternativa escolar viável.

Metodologia

A contribuição teórica que baseia a pesquisa é a discussão entre juventude, juvenilização e desjuvenilização da EJA gerada pela exclusão educacional e social focando na questão central *quem é o jovem da EJA diurna atual*. Após a fundamentação desses conceitos e categorias, uma pesquisa quali e quanti com foco no campo pesquisado mostra as hipóteses estudadas e vivenciadas acerca da juventude caxiense. Tendo a revisão de estudos já publicados, a realização de entrevistas com os atores diretamente envolvidos, a análise do ambiente escolar ao qual os alunos estão imersos, a observação de suas particularidades e a sua relação com a EJA como instrumentos técnicos.

Discussão

Com o intuito de se efetivar um entendimento acerca da movimentação educacional dos dias atuais, faz-se extremamente necessária uma análise crítica histórica, para não se perder de vista detalhes essenciais do desenvolvimento educacional ao longo dos anos que refletem a realidade vivenciada hoje. É perceptível através de uma breve análise que a identidade da educação de jovens e adultos vem sendo construída e modificada no decorrer dos anos.

É notório que a educação brasileira principalmente voltada para o público adulto e jovem já sofreu grandes descasos, como exemplo podemos citar a culpabilização do analfabeto pela situação de subdesenvolvimento na qual o Brasil se encontrava nos anos 20. Crescia a ideia de que os mesmos seriam seres “improdutivos” para a contribuição da melhoria do país ou ainda as limitações descritas por Paiva (1987) na década de 40, acerca das incumbências que foram recebidas por Lourenço Filho sobre o combate ao analfabetismo do público adulto, percebia-se que o intuito era “ salvar a nação”, a educação das crianças e alimentar a política educacional através das tendências neoliberais, pois além de melhorar a reputação do país perante o cenário internacional, essa parte numericamente significativa da população necessitava contribuir socialmente e economicamente.

Além disso diversos impactos foram e são gerados através da vivência da negação do direito à

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

educação fundamental completa ou a exclusão precoce do indivíduo dentro e fora das unidades escolares, causando em alguns casos o ingresso em programas de correção de fluxo e na maioria experiências de uma educação tardia vivenciadas na EJA principalmente pelo público das camadas populares.

Até a Constituição de 1988, a estrutura do sistema brasileiro de ensino estava ainda pautada nas reformas implantadas em grande parte pelo regime militar. Com o surgimento da Nova República e a promulgação da atual constituição tem-se na Carta Magna, de acordo com o artigo 60 das Disposições Gerais e Transitórias, o comprometimento do governo federal e de toda a sociedade civil na união de esforços para erradicar o analfabetismo do país em 10 anos, reacendendo assim as esperanças no âmbito educativo. Dessa forma nesse período conforme Di Pierro algumas das iniciativas educacionais mais bem-sucedidas foram coordenadas por governos locais e suas parcerias formadas principalmente com organizações e movimentos sociais, impulsionando assim o reconhecimento de direitos na Constituição de 88, dentre os quais dos jovens e adultos ao ensino público e gratuito, como direito universal, sendo um feito institucional de vital importância para esse segmento.

Conforme Haddad (2000) explicita e reitera o exposto:

“Vários são os motivos que levam a essa situação, todos já bastante conhecidos: além dos fatores sociais que condicionam a aquisição da escolaridade, o acesso é restrito na educação infantil e há níveis insuficientes de permanência e desempenho no ensino fundamental, unidos ao tema das desigualdades e da baixa qualidade do ensino ofertado. Com isso, produzimos uma escolaridade insuficiente para quem permanece na escola e excluimos dela um contingente significativo de pessoas sem completar sua escolaridade” (p.366)

Sendo assim, foi embutido na EJA o papel de reintegrar cidadãos que estão a margem escolar e social devido a diversos fatores que sentenciaram a sua exclusão. Para tal, faz-se inevitável olhar não somente para aqueles que já estão fora do processo educacional, mas também para os que ainda estão dentro, porém excluídos devido a suas diversas retenções e evasões. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) “... o desafio da expansão do atendimento na educação de jovens e adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se estende àquela que frequentou os bancos escolares mas neles não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida.” Como possível possibilidade para esse público, os mesmos são direcionados a comporem as turmas de educação de jovens e adultos noturnas, a fim de que supostamente possam interagir melhor com seus “pares”, porém um fenômeno recente vem adentrando diversos municípios, inclusive Duque de Caxias situado no Estado do Rio de Janeiro, a formação de turmas de EJA diurnas (matutinas ou vespertinas) com foco principal nos jovens entre 15 e 17 anos. É válido ressaltar que esses jovens que adentram essas turmas sejam noturnas ou diurnas de alguma forma ingressaram na estatística de distorção idade-série, sendo impulsionados a realizar tal migração.

Assim, busca-se responder as seguintes questões: a) Como se dá a organização da EJA no município de Duque de Caxias? b) Quais fatores são relevantes para a inserção dos jovens cada vez mais novos na Educação de Jovens e Adultos do município pesquisado? c) Quais reflexos a falta de oportunidade no ensino regular pode acarretar a esses jovens? d) Qual a relação entre as políticas de correção de fluxo e o aumento da procura de jovens pela modalidade?

Tendo como objetivos específicos: a) Analisar as questões fundamentais que norteiam a política de acesso à Educação de Jovens e Adultos no município de Duque de Caxias; b) Problematizar e aprofundar as diferentes questões que fazem com que os jovens na idade mínima necessária optem pela modalidade no município no horário diurno; c) Analisar se a

organização curricular, a estrutura física, a disposição e distribuição na EJA municipal atendem às especificidades dos sujeitos.

Diante de tal reflexão a pesquisa está sendo estruturada mediante os seguintes capítulos:

- Capítulo 1: Entendendo a história da EJA e seus desdobramentos;
- Capítulo 2: EJA como margem;
- Capítulo 3: Juvenilização, possibilidade ou migração perversa?
- Capítulo 4: Caracterização do município de Duque de Caxias;
- Capítulo 5- Estudo de campo acerca da juventude que frequenta a EJA Caxiense.

Com o intuito de se efetivar um entendimento acerca da movimentação educacional que está sendo gerada nos últimos tempos, faz-se extremamente necessária uma análise crítica histórica focando o período da nova república, para não se perder de vista detalhes essenciais do desenvolvimento educacional ao longo dos anos que refletem a realidade vivenciada hoje.

Resultados iniciais

Até a presente data através da pesquisa teórica e análise de alguns dados foram realizadas algumas constatações iniciais:

- A EJA tem uma proposta reintegradora;
- As EJAs diurnas até o momento não apresentam uma regulamentação específica nos municípios de Duque de Caxias, Mesquita e Petrópolis.
- O município de Duque de Caxias não possui dados referentes a essas turmas, sendo que elas já existem desde o ano de 2014, conforme explicitado na entrevista realizada com a Coordenadora Municipal da Educação de Jovens e Adultos;
- Os investimentos do FUNDEB em EJA, com foco em avaliação no processo estão estagnados, conforme mostra a tabela abaixo:

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação											
Fatores de Ponderação – 2007-2017											
Segmentos da Educação Básica Considerados	Fatores de ponderação										
	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽²⁾	2009 ⁽³⁾	2010 ⁽⁴⁾	2011 ⁽⁵⁾	2012 ⁽⁶⁾	2013 ⁽⁷⁾	2014 ⁽⁸⁾	2015 ⁽⁹⁾	2016 ⁽¹⁰⁾	2017 ⁽¹¹⁾
I - Creche pública em tempo integral	0,80	1,00	1,10	1,10	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
II - Creche pública em tempo parcial	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	1,00	1,00	1,00	1,00
III - Creche conveniada em tempo integral		0,95	0,95	1,00	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10
IV - Creche conveniada em tempo parcial		0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
V - Pré-Escola em tempo integral	0,90	1,15	1,20	1,25	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
VI - Pré-Escola em tempo parcial	0,90	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
VII - Anos iniciais do ensino fundamental urbano	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
VIII - Anos iniciais do ensino fundamental no campo	1,05	1,05	1,05	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15
IX - Anos finais do ensino fundamental urbano	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10	1,10
X - Anos finais do ensino fundamental no campo	1,15	1,15	1,15	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
XI - Ensino fundamental em tempo integral	1,25	1,25	1,25	1,25	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
XII - Ensino médio urbano	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,25	1,25	1,25	1,25
XIII - Ensino médio no campo	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
XIV - Ensino médio em tempo integral	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
XV - Ensino médio integr. à educ. profis.	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30
XVI - Educação especial	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
XVII - Educação indígena e quilombola	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20
XVIII - Educ. de jovens e adultos com aval. no proces.	0,70	0,70	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80
XIX - EJA integr. à educ. profis. de nível médio, com aval. no proces.	0,70	0,70	1,00	1,00	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20

Fonte: (1) Resolução MEC nº 1, de 15/02/2007; (2) Portaria MEC nº 41, de 27/12/2007; (3) Portaria MEC nº 932, de 30/07/2008; (4) Portaria MEC nº 777, de 10/08/2009; (5) Portaria MEC nº 873, de 01/07/2010; (6) Portaria MEC nº 1.322, de 21/09/2011; (7) Resolução MEC nº 8, de 25/07/2012; (8) Resolução MEC nº 1, de 31/12/2013; (9) Resolução MEC nº 1, de 24/07/2014; (10) Resolução MEC nº 1, de 29/07/2015; (11) Resolução MEC nº 1, de 28/07/2016

FNDE Ministério da Educação

- É notória a diferença de investimentos entre a EJA com avaliação no processo e a EJA integrada a educação profissional;

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

- A ausência de políticas públicas destinadas aos jovens entre 15 e 17 anos é um fato.

Conclusão

É perceptível que cada vez mais margens são abertas, devido a diversas práticas que geram a exclusão, a grande questão do estudo demonstra que a priori jovens principalmente de 15 a 17 anos estão no centro de uma nova margem. A implementação de políticas públicas efetivas e direcionadas para esse público faz-se extremamente necessário, além da conscientização acerca de suas particularidades e anseios.

REFERÊNCIAS

BRASIL(2015).Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Câmara dos Deputados

_____ (2009). Lei 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados

DI PIERRO, M. C., Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol.26, n.92, p.1115-1139, Especial- Out.2005.

HADDAD, S. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos na CONFITEA VI. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.41 maio/ago. 2009.

HADDAD, S. E DI PIERRO M. C. , Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileiro de Educação, mai/jun/jul/ago 2000 n° 14.

PAIVA, V.P. Educação popular e educação de adultos. 4ª ed. SP: Loyola, 1987. PERONI, V.M.V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via, In: Currículo sem fronteiras, maio/ago. 2013.